

Banco Votorantim S.A.

**Demonstrações contábeis
intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015**

ÍNDICE

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	3
--	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO	9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	11
2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	11
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	22
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	23
8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31
9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31
10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	37
11. CARTEIRA DE CÂMBIO	37
12. OUTROS VALORES E BENS	38
13. INVESTIMENTOS	39
14. IMOBILIZADO DE USO	39
15. INTANGÍVEL	40
16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	40
17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	41
18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	42
19. OUTRAS OBRIGAÇÕES	43
20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	44
21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	46
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
23. TRIBUTOS	47
24. PARTES RELACIONADAS	49
25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	51
26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	52
27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	56
28. OUTRAS INFORMAÇÕES	60

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Votorantim S.A. (“Banco”), em 30 de setembro de 2015, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de três e nove meses findos naquela data e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas (“Informações contábeis intermediárias consolidadas”).

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

Revisamos também, as informações contábeis intermediárias consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	30.09.2015	31.12.2014		30.09.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE	63.348.027	48.071.862	PASSIVO CIRCULANTE	69.957.468	56.286.770
Disponibilidades (Nota 5)	223.953	190.243	Depósitos (Nota 16a)	3.307.885	2.279.978
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6a)	16.037.006	7.337.486	Depósitos à vista	87.139	149.239
Aplicações no mercado aberto	13.836.262	5.818.010	Depósitos interfinanceiros	751.016	185.117
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.200.744	1.519.476	Depósitos a prazo	2.469.730	1.945.622
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	18.062.767	12.010.264	Captações no Mercado Aberto (Nota 16c)	28.850.065	25.825.776
Carteira própria (Nota 7a)	7.577.517	6.765.969	Carteira própria	19.669.984	21.726.736
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 7a)	6.763.696	4.440.043	Carteira de terceiros	8.062.934	4.099.040
Vinculados à prestação de garantias (Nota 7a)	2.100.093	358.684	Carteira de livre movimentação	1.117.147	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7d)	1.757.330	547.008	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 18)	15.429.888	10.741.385
(Provisão para desvalorização de títulos livres) (Nota 7a)	(135.869)	(101.440)	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	7.845.988	9.391.029
			Recursos de debêntures	540	118
Relações Interfinanceiras	89.603	75.327	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	7.583.360	1.317.958
Pagamentos e recebimentos a liquidar	297	-	Certificados de operações estruturadas	-	32.280
Créditos vinculados (Nota 8a)	28.110	55.205	Relações Interfinanceiras	986	-
Depósitos no Banco Central	28.110	55.205	Recebimentos e pagamentos a liquidar	986	-
Repasses interfinanceiros	60.390	19.627	Relações Interdependências	221.102	36.157
Correspondentes	806	495	Recursos em trânsito de terceiros	221.102	31.947
Relações Interdependências	-	1.376	Transferências internas de recursos	-	4.210
Transferências internas de recursos	-	1.376	Obrigações por Empréstimos (Nota 17a)	4.341.804	2.875.467
Operações de Crédito (Nota 9a)	22.180.606	23.683.928	Empréstimos no País - outras instituições	1.979	3.818
Setor público	75.402	51.928	Empréstimos no exterior	4.339.825	2.871.649
Setor privado	16.593.241	19.480.781	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 17b)	968.139	1.308.929
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)	(1.861.727)	(2.302.624)	Tesouro Nacional	55.388	101.340
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 9a)	129.734	205.571	BNDES	502.457	720.144
Setor privado	155.480	229.784	FINAME	410.294	487.445
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(25.746)	(24.213)	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7d)	2.709.050	868.930
Outros Créditos	6.413.350	4.373.974	Outras Obrigações	14.128.549	12.350.148
Carteira de câmbio (Nota 11a)	3.044.372	1.722.135	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	18.122	13.041
Rendas a receber	11.701	30.277	Carteira de câmbio (Nota 11a)	2.290.026	1.052.608
Negociação e intermediação de valores	699.417	277.711	Sociais e estatutárias	143.397	323.831
Diversos (Nota 10)	3.085.466	2.619.909	Fiscais e previdenciárias (Nota 19a)	338.566	692.147
(Provisão para outros créditos) (Nota 9a)	(427.606)	(276.058)	Negociação e intermediação de valores	620.225	351.407
Outros Valores e Bens (Nota 12)	211.008	193.693	Dívidas subordinadas (Nota 19b)	252.553	-
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	208.994	160.759	Diversas (Nota 19d)	10.465.660	9.917.114
(Provisão para desvalorizações)	(34.038)	(35.793)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	32.577.832	34.841.292
Despesas antecipadas	36.052	68.727	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	32.537.894	34.808.831
ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.964.956	50.610.074	Depósitos (Nota 16a)	1.518.605	1.530.570
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	46.492.586	50.155.334	Depósitos interfinanceiros	1.126.201	1.044.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6a)	153.423	36.725	Depósitos a prazo	392.404	485.960
Aplicações no mercado aberto	41.686	25.450	Captações no Mercado Aberto (Nota 16c)	1.236.885	2.160.045
Aplicações em depósitos interfinanceiros	111.737	11.275	Carteira própria	1.236.751	2.148.973
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15.227.532	18.627.185	Carteira de terceiros	-	8
Carteira própria (Nota 7a)	4.772.774	7.763.253	Carteira de livre movimentação	134	11.064
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 7a)	6.824.611	7.587.828	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 18)	9.481.661	12.172.505
Vinculados à prestação de garantias (Nota 7a)	2.248.038	2.357.748	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	8.776.806	6.875.259
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7d)	1.442.024	957.730	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	704.855	5.297.246
(Provisão para desvalorização de títulos livres) (Nota 7a)	(59.915)	(39.374)	Obrigações por Empréstimos (Nota 17a)	248.521	-
Operações de Crédito (Nota 9a)	23.376.836	24.116.699	Empréstimos no exterior	248.521	-
Setor público	633.358	472.550	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 17b)	2.552.550	2.477.381
Setor privado	17.064.432	17.759.386	Tesouro Nacional	6.161	9.232
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)	(1.340.667)	(996.965)	BNDES	1.187.169	1.342.166
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 9a)	65.266	168.771	FINAME	1.359.220	1.125.983
Setor privado	67.356	178.665	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7d)	1.075.661	805.455
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(2.090)	(9.894)	Outras Obrigações	16.424.011	15.662.875
Outros Créditos	7.256.200	6.576.025	Fiscais e previdenciárias (Nota 19a)	727.717	740.466
Créditos por avais e fianças honrados	242.804	608.401	Negociação e intermediação de valores	153.165	110.107
Carteira de câmbio (Nota 11a)	1.492	10.491	Dívidas subordinadas (Nota 19b)	5.696.984	5.805.248
Rendas a receber	1.056	56.845	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 19c)	847.112	434.290
Negociação e intermediação de valores	577	339	Diversas (Nota 19d)	8.999.033	8.572.764
Diversos (Nota 10)	7.552.814	6.323.738	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	39.938	32.461
(Provisão para outros créditos) (Nota 9a)	(542.543)	(423.789)	PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-
Outros Valores e Bens (Nota 12)	413.329	629.929	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.777.683	7.553.874
Despesas antecipadas	413.329	629.929	Capital	7.483.754	7.125.761
PERMANENTE	472.370	454.740	De domiciliados no País (Nota 22a)	7.483.754	7.125.761
Investimentos	284.858	299.515	Reservas de Capital (Nota 22b)	372.120	372.120
Participações em controladas	216.319	238.026	Reservas de Lucros (Nota 22c)	38.512	383.116
No País	216.319	238.026	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 22d)	(508.026)	(327.123)
Outros investimentos (Nota 13b)	115.793	104.859	Lucros acumulados	391.323	-
(Imparidade acumulada) (Nota 13b)	(47.254)	(43.370)	Intangível (Nota 15a)	65.142	39.722
Imobilizado de Uso (Nota 14)	102.415	93.524	Ativos intangíveis	144.070	99.297
Outras imobilizações de uso	249.325	236.927	(Amortização acumulada)	(54.529)	(35.784)
(Depreciação acumulada)	(146.910)	(143.403)	(Imparidade acumulada)	(24.399)	(23.791)
Diferido	19.955	21.979	Gastos de organização e expansão	41.378	41.776
Gastos de organização e expansão	41.378	41.776	(Amortização acumulada)	(21.423)	(19.797)
(Amortização acumulada)	(21.423)	(19.797)			
TOTAL DO ATIVO	110.312.983	98.681.936	TOTAL DO PASSIVO	110.312.983	98.681.936

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015 e 2014 e
 trimestre findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de Reais)

		3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.589.773	16.100.571	12.718.974
Operações de crédito	(Nota 9b)	2.630.651	6.621.164	5.882.876
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9h)	114.687	600.415	1.353.083
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 7b)	1.304.796	3.619.211	2.649.886
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7 d.9)	1.157.084	1.661.060	117.050
Resultado de operações de câmbio	(Nota 11b)	291.930	528.072	64.737
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 8b)	-	-	278
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(Nota 9k)	1.090.625	3.070.649	2.651.064
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(7.077.107)	(15.268.922)	(10.540.069)
Operações de captação no mercado	(Nota 16d)	(3.890.264)	(8.612.506)	(5.104.021)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 17c)	(1.076.682)	(1.450.323)	(216.480)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9h)	(103.108)	(546.625)	(1.250.763)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(Nota 9k)	(793.150)	(2.242.707)	(1.789.241)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 9f)	(1.213.903)	(2.416.761)	(2.179.564)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(487.334)	831.649	2.178.905
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(254.444)	(1.225.722)	(1.730.181)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 20a)	105.483	316.274	340.765
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 20b)	126.882	378.766	358.222
Despesas de pessoal	(Nota 20c)	(275.132)	(904.763)	(996.570)
Outras despesas administrativas	(Nota 20d)	(288.163)	(843.690)	(814.346)
Despesas tributárias	(Nota 23c)	(98.899)	(312.432)	(340.543)
Resultado de participações em controladas	(Nota 13a)	39.172	116.223	111.112
Outras receitas operacionais	(Nota 20e)	584.269	912.212	398.389
Outras despesas operacionais	(Nota 20f)	(448.056)	(888.312)	(787.210)
RESULTADO OPERACIONAL		(741.778)	(394.073)	448.724
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 21)	(9.324)	(26.821)	114.567
Receitas não operacionais		14.664	40.074	173.645
Despesas não operacionais		(23.988)	(66.895)	(59.078)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(751.102)	(420.894)	563.291
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 23a)	921.166	966.561	4.319
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(33.128)	(140.955)	(140.061)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-
LUCRO LÍQUIDO		136.936	404.712	427.549

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015 e 2014
 e trimestre findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital		Legal	Outras			
Saldos em 31.12.2013	7.026.841	98.920	372.120	-	-	(357.199)	-	7.140.682
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	114.723	-	114.723
Integralização de Capital (Nota 22a)	98.920	(98.920)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	427.549	427.549
Destinações:								
- Reserva legal	-	-	-	14.622	-	-	(14.622)	-
Saldos em 30.09.2014	7.125.761	-	372.120	14.622	-	(242.476)	412.927	7.682.954
Mutações do período	98.920	(98.920)	-	14.622	-	114.723	412.927	542.272
Saldos em 30.06.2015	7.483.754	-	372.120	38.512	-	(301.707)	254.387	7.847.066
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(206.319)	-	(206.319)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	136.936	136.936
Saldos em 30.09.2015	7.483.754	-	372.120	38.512	-	(508.026)	391.323	7.777.683
Mutações do período	-	-	-	-	-	(206.319)	136.936	(69.383)
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	(327.123)	-	7.553.874
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(180.903)	-	(180.903)
Aumento de capital (Nota 22a)	357.993	-	-	-	(357.993)	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	404.712	404.712
Destinações:								
- Reserva legal	-	-	-	13.389	-	-	(13.389)	-
Saldos em 30.09.2015	7.483.754	-	372.120	38.512	-	(508.026)	391.323	7.777.683
Mutações do período	357.993	-	-	13.389	(357.993)	(180.903)	391.323	223.809

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
 Período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(420.894)	563.291
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	780.553	1.140.821
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Nota 9f) 2.416.761	2.179.564
Depreciações e amortizações	(Nota 20d) 31.908	32.903
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	4.491	13.353
Resultado de participação em controladas	(Nota 13a) (116.223)	(111.112)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	(Nota 21) 14.781	2.560
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos	(Nota 21) -	(149.147)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 21) (1.147)	26.214
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	146.170	135.803
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(247.800)	(37.843)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(931.755)	(364.723)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(494.534)	(669.437)
Outras receitas e despesas operacionais	(41.311)	74.240
Outras receitas e despesas não operacionais	-	8.600
Outros ajustes	(788)	(154)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	359.659	1.704.112
Variações Patrimoniais	(2.795.122)	(6.425.574)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.460.596)	1.606.005
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(3.461.090)	1.767.207
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	145.936	84.515
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	27.095	78.703
(Aumento) Redução em operações de crédito	116.942	(572.866)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	159.164	420.230
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	(1.872.856)	(1.523.283)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	185.651	77.138
Imposto de renda e contribuição social pagos	(342.823)	(321.777)
(Redução) Aumento em depósitos	1.015.942	(3.160.176)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	2.101.129	(8.038.705)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	1.997.659	(337.748)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.449.237	(200.051)
(Redução) Aumento em outras obrigações	2.136.011	3.693.627
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	7.477	1.607
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(2.435.463)	(4.721.462)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(6.285.745)	(4.574.873)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	(230.540)
(Aquisição) de investimentos	(17.959)	(32.468)
(Aquisição) de imobilizado de uso	(50.194)	(17.796)
(Aquisição) de intangíveis	(43.962)	(20.188)
(Aquisição) de diferidos	-	(140)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	8.712.444	10.637.518
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	1.649.534	-
Alienação/Redução de investimentos	2.340	172.625
Alienação de imobilizado de uso	26.560	3.456
Alienação de intangíveis	3.570	4.257
Alienação de diferidos	12	165
Juros sobre o capital próprio / Dividendos recebidos	142.615	114.176
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.139.215	6.056.192
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(119.331)	-
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	144.289	(475.689)
(Redução) Aumento em instrumentos de capital e dívida	412.822	164.121
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	437.780	(311.568)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.141.532	1.023.162
Início do período	2.801.920	5.049.165
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	247.800	37.843
Fim do período	(Nota 5) 5.191.252	6.110.170
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.141.532	1.023.162

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO

Período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas	14.375.929	10.964.143
Receitas de intermediação financeira	16.100.571	12.718.974
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	695.040	698.987
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9f)	(2.416.761)	(2.179.564)
Outras receitas/despesas	(2.921)	(274.254)
Despesas da Intermediação Financeira	(12.852.161)	(8.360.505)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(744.226)	(706.724)
Materiais, água, energia e gás (Nota 20d)	(8.591)	(4.468)
Serviços de terceiros (Nota 20d)	(6.328)	(10.380)
Comunicações (Nota 20d)	(55.683)	(55.641)
Processamento de dados (Nota 20d)	(136.455)	(133.708)
Transportes (Nota 20d)	(9.572)	(11.833)
Serviços de vigilância e segurança (Nota 20d)	(1.462)	(2.066)
Serviços técnicos especializados (Nota 20d)	(279.828)	(210.727)
Serviços do sistema financeiro (Nota 20d)	(75.951)	(103.824)
Propaganda e publicidade (Nota 20d)	(2.351)	(1.969)
Emolumentos judiciais e cartorários (Nota 20d)	(76.781)	(99.465)
Outras (Nota 20d)	(91.224)	(72.643)
Valor Adicionado Bruto	779.542	1.896.914
Despesas de amortização/depreciação (Nota 20d)	(31.908)	(32.903)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	747.634	1.864.011
Valor Adicionado Recebido em Transferência	116.223	111.112
Resultado de participações em controladas (Nota 13a)	116.223	111.112
Valor Adicionado a Distribuir	863.857 100,00%	1.975.123 100,00%
Valor Adicionado Distribuído	863.857 100,00%	1.975.123 100,00%
Pessoal	948.825 109,84%	1.045.534 52,94%
Salários e honorários	669.577	769.303
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados	140.955	140.061
Benefícios e treinamentos	99.842	98.915
FGTS	37.468	36.875
Outros encargos	983	380
Impostos, Taxas e Contribuições	(557.236) -64,51%	427.321 21,63%
Federais	(601.539)	375.003
Estaduais	5.447	15.060
Municipais	38.856	37.258
Remuneração de Capitais de Terceiros	67.556 7,82%	74.719 3,78%
Aluguéis (Nota 20d)	67.556	74.719
Remuneração de Capitais Próprios	404.712 46,85%	427.549 21,65%
Lucro retido	404.712	427.549

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Conglomerado) é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 31 de janeiro de 2014, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 20.813; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a BV Sistemas teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não implicou em um aumento do Capital Social do Banco e o Estatuto Social não sofreu qualquer alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 da BV Sistemas incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: R\$ 65.852
- Passivos: R\$ 45.039
- Patrimônio Líquido: R\$ 20.813

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, promovendo uma racionalização das operações, a simplificação da administração e de procedimentos contábeis e financeiros; minimizando despesas administrativas e otimizando seus ativos e resultados.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Financeiro.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidas dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. O processo não inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos, dos fundos de investimentos em direitos creditórios e das controladas não financeiras de acordo com as normas de consolidação estabelecidas pelo CMN para fins do Conglomerado Financeiro. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação do Dólar americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, cuja adoção será iniciada em 1º de Janeiro de 2016.

O Banco aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação.

A emissão das Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 10 de novembro de 2015.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações societárias incluídas nas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

		30.09.2015	31.12.2014
		Atividade	% de Participação
Segmento Bancário - País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(1)	Financeira	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(1)	Arrendamento	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(1)	Corretora	99,99%
Segmento Gestão de Recursos			
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.	(1)	Administração de ativos	99,99%
Segmento Bancário - Exterior			
Votorantim Bank Limited	(1)	Bancária	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc.	(1)	Corretora	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited	(1)	Corretora	100,00%

(1) Controladas.

Saldos em 30.09.2015	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01.01 a 30.09.2015	Quantidade de Ações ordinárias/Quotas (em milhares)
No País				
Votorantim CTVM Ltda.	185.970	267.405	5.511	18.597.000
Votorantim Asset DTVM Ltda.	50.884	78.485	(3.646)	5.088.407
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(a) 916.422	1.512.459	519.710	3.080
BV Leasing Arrend. Merc. S.A.	872.800	980.831	49.914	510
No exterior				
Votorantim Bank Limited	140.206	17.141	(2.562)	97
Banco Votorantim Securities	87.404	49.414	4.551	22.000
Votorantim Securities (UK) Limited	24.022	26.334	536	4.000

(a) O Patrimônio Líquido Ajustado da controlada BV Financeira contempla resultados não realizados de transações com partes relacionadas líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 14.703, eliminado no processo de consolidação do Conglomerado Financeiro.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos em 31 de dezembro de 2014.
- Provisão para operações de arrendamento mercantil referente à títulos e créditos a receber para Provisão para outros créditos em 31 de dezembro de 2014.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira - Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Despesas Operacionais no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014.
- Reclassificação de reversão de provisão de valores a pagar de Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Receitas Operacionais para Outras Despesas Administrativas no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014.

Balanco Patrimonial

	31.12.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de Crédito	48.461.474	(660.847)	47.800.627
Setor privado	37.904.516	(664.349)	37.240.167
(Provisão para operações de crédito)	(3.303.091)	3.502	(3.299.589)
Operações de Arrendamento Mercantil	384.656	(10.314)	374.342
Setor privado	420.535	(12.086)	408.449
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(35.879)	1.772	(34.107)
Outros créditos	10.278.838	671.161	10.949.999
Diversos	8.267.212	676.435	8.943.647
(Provisão para outros créditos)	(694.573)	(5.274)	(699.847)

Demonstração do Resultado

	01.01 a 30.09.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.335.666	383.308	12.718.974
Operações de crédito (Nota 9b)	5.502.582	380.294	5.882.876
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 9h)	1.350.069	3.014	1.353.083
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.795.597	383.308	2.178.905
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.346.873)	(383.308)	(1.730.181)
Outras despesas administrativas	(839.167)	24.821	(814.346)
Outras receitas operacionais	387.385	11.004	398.389
Outras despesas operacionais (Nota 20f)	(368.077)	(419.133)	(787.210)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos

interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. Não possuímos operações nessa classificação.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 9e).

As operações de crédito e arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações - Diversas - Credores Diversos - No País.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 14).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Companhia e os gastos efetuados até 30 de setembro de 2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortização calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso (Nota Explicativa nº 15). A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 20d).

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No “Programa de incentivo de curto e longo prazo” elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em “ações virtuais” da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal - Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

Em 25 de junho de 2015, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.424/2015, cuja vigência iniciará em 01 de janeiro de 2016, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados que deve ser aplicado pela entidade empregadora na contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos colaboradores. O Pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo quando o colaborador prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do colaborador em troca de benefícios a esse colaborador. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa norma estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos		Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)		25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	20%
PIS / PASEP	(b)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN		De 2% a 5%

(a) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui Passivo Contingente, baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

As operações de avais e fianças não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração as respectivas provisões mínimas conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a provisão de fiança não honrada é reconhecida em Outras Obrigações - Diversas - Credores Diversos no País (Nota Explicativa nº 19d)."

p) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2015	31.12.2014
Disponibilidades	223.953	190.243
Disponibilidades em moeda nacional	9.660	116.169
Disponibilidades em moeda estrangeira	214.293	74.074
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(a) 4.967.299	2.611.677
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	3.758.731	1.713.671
Aplicações em depósitos interfinanceiros	782.359	452.705
Aplicações em moedas estrangeiras	426.209	445.301
Total	5.191.252	2.801.920

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.09.2015	31.12.2014
Aplicações no Mercado Aberto	13.877.948	5.843.460
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	4.543.078	1.721.388
Letras Financeiras do Tesouro	300.002	-
Letras do Tesouro Nacional	3.050.265	1.706.671
Notas do Tesouro Nacional	1.151.288	7.000
Outras	41.523	7.717
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	8.168.316	4.104.339
Letras do Tesouro Nacional	6.329.353	4.104.339
Notas do Tesouro Nacional	1.838.963	-
Re vendas a Liquidar - Posição Vendida	1.166.554	17.733
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	1.166.391	-
Outras	163	17.733
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.312.481	1.530.751
Total	16.190.429	7.374.211
Ativo circulante	16.037.006	7.337.486
Ativo não circulante	153.423	36.725

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	459.399	1.199.429	574.622
Posição bancada	202.636	571.907	319.924
Posição financiada	249.369	597.904	227.315
Posição vendida	7.394	29.618	27.383
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	36.262	82.426	90.561
Total	495.661	1.281.855	665.183

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração “Balço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2015									31.12.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
1 - Títulos para negociação	920	4.277.735	1.137	288.871	2.334.559	7.084.199	6.903.222	(180.977)	3.057.691	3.026.422	(31.269)	
Títulos Públicos	-	4.277.735	-	189.546	2.276.746	6.923.986	6.744.027	(179.959)	2.879.089	2.851.150	(27.939)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	4.749	788.973	793.768	793.722	(46)	1.021.095	1.021.025	(70)	
Letras do Tesouro Nacional	-	4.277.735	-	3.732	86.934	4.417.103	4.368.401	(48.702)	589.869	583.621	(6.248)	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	181.065	1.383.145	1.694.306	1.564.210	(130.096)	1.204.256	1.183.680	(20.576)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	17.694	18.809	17.694	(1.115)	37.307	36.262	(1.045)	
Títulos de governos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	26.562	26.562	-	
Títulos Privados	920	-	1.137	99.325	57.813	160.213	159.195	(1.018)	178.602	175.272	(3.330)	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	1.099	802	(297)	
Ações	345	-	-	-	-	52	345	293	52	27	(25)	
<i>Eurobonds</i>	-	-	1.137	5.279	27.337	36.115	33.753	(2.362)	93.075	89.237	(3.838)	
Letras Financeiras	-	-	-	94.046	-	94.046	94.046	-	84.376	84.376	-	
Outros	575	-	-	-	30.476	30.000	31.051	1.051	-	830	830	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	791.682	176.786	1.042.959	1.198.443	13.046.017	16.966.804	16.255.887	(710.917)	18.371.937	18.019.453	(352.484)	
Títulos Públicos	-	959	418.068	559.456	7.209.632	8.637.829	8.188.115	(449.714)	10.006.293	9.821.838	(184.455)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	193	1.362	1.554	1.555	1	-	-	-	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	415.544	422.587	4.027.941	5.031.327	4.866.072	(165.255)	7.017.558	6.943.354	(74.204)	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	136.008	2.696.306	3.105.303	2.832.314	(272.989)	2.975.523	2.865.182	(110.341)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	483.422	494.889	483.422	(11.467)	-	-	-	
Títulos da Dívida Agrária	-	959	2.524	668	601	4.756	4.752	(4)	13.212	13.302	90	
Títulos Privados	791.682	175.827	624.891	638.987	5.836.385	8.328.975	8.067.772	(261.203)	8.365.644	8.197.615	(168.029)	
Debêntures	(a)	48.844	65.472	59.259	2.861.861	3.129.441	3.035.436	(94.005)	3.146.049	3.029.375	(116.674)	
Notas Promissórias	-	69.312	338.620	485.540	-	941.224	893.472	(47.752)	172.142	171.560	(582)	
Ações	(b)	776.170	-	-	-	759.135	776.170	17.035	1.113.171	1.119.082	5.911	
Cotas de Fundos de Investimentos	15.512	-	-	-	1.511.222	1.526.734	1.526.734	-	1.390.830	1.390.830	-	
Cotas de FIDC	-	-	-	-	27.782	27.782	27.782	-	629.413	629.413	-	
Cêdulas de produto rural - <i>commodities</i>	(c)	57.671	197.844	45.032	102.088	428.661	402.635	(26.026)	619.842	603.536	(16.306)	
<i>Eurobonds</i>	(d)	-	-	13.857	39.701	550.467	681.058	(77.033)	528.526	480.409	(48.117)	
<i>Credit Linked Notes</i>	-	-	-	-	226.265	253.048	226.265	(26.783)	306.144	313.737	7.593	
Letras Financeiras	-	-	2.083	-	384.261	390.922	386.344	(4.578)	206.358	206.236	(122)	
Outros	-	-	7.015	9.455	172.439	190.970	188.909	(2.061)	253.169	253.437	268	
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	1.662.175	4.390.345	773.139	6.931.836	6.825.659	(106.177)	8.086.836	8.035.227	(51.609)	
Títulos Públicos	-	-	1.662.175	4.390.345	773.139	6.931.836	6.825.659	(106.177)	8.086.836	8.035.227	(51.609)	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	1.662.175	3.308.767	-	5.036.493	4.970.942	(65.551)	6.239.009	6.206.232	(32.777)	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.081.578	773.139	1.895.343	1.854.717	(40.626)	1.847.827	1.828.995	(18.832)	
Total (1 + 2 + 3)	792.602	4.454.521	2.706.271	5.877.659	16.153.715	30.982.839	29.984.768	(998.071)	29.516.464	29.081.102	(435.362)	

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação, estas operações estão ajustadas ao valor de mercado (Nota Explicativa 7a.5).

- (a) O valor de mercado das Debêntures considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 63.764.
- (b) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 68.682 (R\$ 98.103 em 31 de dezembro de 2014). O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa.
- (c) O valor de mercado das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 3.423 (R\$ 3.337 em 31 de dezembro de 2014).
- (d) O valor de mercado de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 59.915 (R\$ 39.374 em 31 de dezembro de 2014).

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	792.602	4.454.521	2.706.271	5.877.659	16.153.715	30.982.839	29.984.768	(998.071)	29.516.464	29.081.102	(435.362)
Carteira própria	861.284	4.521.708	563.080	750.130	5.650.096	12.640.563	12.346.298	(294.265)	14.767.016	14.525.011	(242.005)
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	2.143.191	3.982.694	7.384.344	13.927.845	13.510.229	(417.616)	12.155.703	11.984.855	(170.848)
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	1.144.835	3.179.190	4.610.215	4.324.025	(286.190)	2.734.559	2.712.050	(22.509)
Provisão para desvalorização de títulos livres	(68.682)	(67.187)	-	-	(59.915)	(195.784)	(195.784)	-	(140.814)	(140.814)	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.09.2015					Total		31.12.2014	
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	792.602	13.038.451	10.305.029	4.251.841	1.596.845	30.982.839	29.984.768	29.516.464	29.081.102
1 - Títulos para negociação	920	4.567.743	842.886	1.490.450	1.223	7.084.199	6.903.222	3.057.691	3.026.422
2 - Títulos Disponíveis para Venda	791.682	2.418.188	8.689.004	2.761.391	1.595.622	16.966.804	16.255.887	18.371.937	18.019.453
3 - Títulos Mantidos até o vencimento	-	6.052.520	773.139	-	-	6.931.836	6.825.659	8.086.836	8.035.227

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.09.2015			31.12.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	16.305.437	13.785.508	30.090.945	11.463.256	17.669.455	29.132.711
Carteira própria	7.577.517	4.772.774	12.350.291	6.765.969	7.763.253	14.529.222
Vinculados a compromisso de recompra	6.763.696	6.824.611	13.588.307	4.440.043	7.587.828	12.027.871
Vinculados à prestação de garantias	2.100.093	2.248.038	4.348.131	358.684	2.357.748	2.716.432
Provisão para desvalorização de títulos livres	(135.869)	(59.915)	(195.784)	(101.440)	(39.374)	(140.814)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	30.09.2015		31.12.2014	
1 - Título para Negociação	6.903.222	23%	3.026.422	10%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	16.255.887	54%	18.019.453	62%
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	6.931.836	23%	8.086.836	28%
Valor contábil da carteira	30.090.945	100%	29.132.711	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(106.177)		(51.609)	
Valor de mercado da carteira	29.984.768		29.081.102	

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 6.931.836 (R\$ 8.086.836 em 31 de dezembro de 2014), representando 23% do total de títulos e valores mobiliários (28% em 31 de dezembro de 2014).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	495.661	1.281.855	665.183
Títulos de renda fixa	843.837	2.217.342	1.995.813
Títulos no exterior	(68.584)	(104.741)	(175.746)
Títulos de renda variável	(12.930)	69.319	157.594
Aplicações em fundos de investimento	46.758	155.281	6.978
Outros	54	155	64
Total	1.304.796	3.619.211	2.649.886

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários no trimestre findo em 30 de setembro de 2015.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Banco Votorantim. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

O risco de mercado, por sua vez, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
 Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.09.2015			31.12.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de compra	43.981.957	-	-	22.035.623	-	-
DI	9.454.579	-	-	7.899.042	-	-
Moedas	12.604.227	-	-	1.299.699	-	-
Índice	729.503	-	-	289.913	-	-
Cupom cambial	21.193.648	-	-	12.545.740	-	-
Commodities	-	-	-	1.229	-	-
Compromissos de venda	68.364.219	-	-	52.054.771	-	-
DI	27.516.812	-	-	28.916.524	-	-
Moedas	191.580	-	-	2.436.718	-	-
Índice	117.451	-	-	-	-	-
Cupom cambial	40.466.557	-	-	20.700.843	-	-
T-Note	71.819	-	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	686	-	-
Operações a Termo						
Posição Ativa	43.331	43.331	43.331	39.740	39.740	39.740
Termo de moeda	4.991	4.991	4.991	39.740	39.740	39.740
Termo de títulos públicos	38.340	38.340	38.340	-	-	-
Posição Passiva	43.331	(43.331)	(43.107)	39.740	(39.740)	(36.285)
Termo de moeda	4.991	(4.991)	(4.440)	39.740	(39.740)	(36.285)
Termo de títulos públicos	38.340	(38.340)	(38.667)	-	-	-
Contratos de Opções (a)						
De compra - Posição Comprada	9.472.916	422.343	808.422	4.545.036	176.920	232.562
Moeda estrangeira	6.493.688	371.555	626.103	2.692.456	75.016	82.480
Opções Flexíveis	2.451.928	36.641	175.649	1.601.580	96.388	146.851
Ações	527.300	14.147	6.670	113.000	4.715	3.189
Outros	-	-	-	138.000	801	42
De venda - Posição Comprada	11.626.844	246.170	138.519	44.549.294	122.707	31.923
Moeda estrangeira	10.097.344	194.774	39.975	3.560.278	25.422	7.774
Índice DI	-	-	-	38.751.600	15.538	-
Opções Flexíveis	28.800	140	-	1.808.736	66.252	2.777
Ações	1.450.700	50.074	93.706	406.000	15.170	21.317
Outros	50.000	1.182	4.838	22.680	325	55
De compra - Posição Vendida	13.961.934	(672.017)	(1.786.015)	7.510.513	(389.309)	(582.691)
Moeda estrangeira	11.303.650	(474.003)	(1.705.219)	3.857.110	(104.742)	(194.711)
Opções Flexíveis	1.675.524	(176.329)	(76.327)	3.146.403	(277.080)	(386.475)
Ações	906.600	(20.951)	(4.464)	507.000	(7.487)	(1.505)
Outros	76.160	(734)	(5)	-	-	-
De venda - Posição Vendida	8.776.223	(158.743)	(175.203)	41.951.361	(55.280)	(21.300)
Moeda estrangeira	5.811.800	(42.690)	(20.432)	2.177.098	(20.097)	(3.023)
Índice DI	-	-	-	38.742.500	(11.494)	-
Opções Flexíveis	1.727.343	(38.846)	(15.470)	781.223	(16.331)	(9.687)
Ações	1.102.080	(33.362)	(75.351)	225.700	(6.627)	(8.335)
Outros	135.000	(43.845)	(63.950)	24.840	(731)	(255)
Contratos de Swaps (a) (b)						
Posição Ativa	17.221.903	1.811.745	1.597.297	20.055.399	851.685	1.041.868
DI	13.315.942	185.981	379.251	12.674.801	45.150	211.819
Moeda estrangeira	1.802.010	1.188.535	888.977	2.261.478	406.112	400.731
Pré-fixado	108.381	29.861	4.949	292.929	16.705	70.575
IPCA	1.438.662	134.504	72.864	4.145.012	224.307	179.810
IGPM	378.500	79.616	65.885	453.000	78.413	77.731
Libor	154.133	193.246	183.280	182.400	80.708	99.147
Outros	24.275	2	2.091	45.779	290	2.055
Posição Passiva	8.942.790	(1.967.758)	(1.509.807)	9.413.667	(860.974)	(960.579)
DI	2.659.639	(125.455)	(249.538)	1.872.311	(28.875)	(81.201)
Moeda estrangeira	4.303.709	(1.327.104)	(909.983)	3.086.233	(190.520)	(192.652)
Pré-fixado	59.594	(50)	(69)	596.883	(51.208)	(85.065)
IPCA	1.588.846	(318.852)	(166.801)	3.306.737	(485.574)	(492.086)
IGPM	170.000	(69.545)	(66.346)	262.000	(79.907)	(84.905)
Libor	161.002	(126.752)	(117.070)	251.403	(24.554)	(23.960)
Commodities	-	-	-	10.073	-	(195)
Outros	-	-	-	28.027	(336)	(515)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	2.723.072	824.915	702.430	2.780.635	192.154	187.256
Non Deliverable Forward (a)	2.703.204	824.851	702.412	2.594.696	186.770	181.827
Derivativos de crédito	19.868	64	18	185.939	5.384	5.429
Posição Passiva	2.125.102	(280.112)	(270.579)	2.141.379	(73.573)	(69.782)
Non Deliverable Forward (a)	1.366.278	(251.197)	(217.196)	1.649.535	(60.180)	(55.639)
Derivativos de crédito	758.824	(28.915)	(53.383)	478.116	(5.953)	(6.727)
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	13.728	(7.440)	(7.416)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (a) O valor de mercado das operações de *swap*, opções e *non deliverable forward* contemplam o risco de crédito da contraparte (Ajuste de *Spread* de Crédito).
- (b) Contempla os *swaps* contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. Em 30 de setembro de 2015, o ajuste a valor de mercado da posição ativa foi positivo de R\$ 90.645 (positivo de R\$ 28.611 em 31 de dezembro de 2014) e da posição passiva foi positivo de R\$ 3.748 em 31 de dezembro de 2014.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2015	31.12.2014
Contratos futuros	21.083.731	37.448.062	14.799.703	39.014.680	112.346.176	74.090.394
Contratos a termo	-	86.662	-	-	86.662	79.480
Contratos de opções	10.054.622	27.846.332	4.786.146	1.150.817	43.837.917	98.556.204
Contratos de <i>swaps</i>	316.951	4.599.787	6.946.988	14.300.967	26.164.693	29.469.066
Derivativos de crédito	6.622	6.623	6.623	758.824	778.692	664.055
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	1.193.253	1.991.624	603.178	281.427	4.069.482	4.244.231
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	-	-	13.728

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.09.2015)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	<i>Non Deliverable Forward</i>
Bolsa de valores	112.346.176	-	39.547.400	-	-	-
Balcão	-	86.662	4.290.517	26.164.693	778.692	4.069.482
Instituições financeiras	-	86.662	8.150	18.284.379	778.692	102.104
Cliente	-	-	4.282.367	7.880.314	-	3.967.378

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito

	30.09.2015			31.12.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito						
Posição Ativa - Risco recebido	381.402	(28.826)	(51.844)	225.782	(5.370)	(5.281)
Posição Passiva - Risco transferido	397.290	(25)	(1.521)	438.273	4.801	3.983
Por indexador						
Posição Ativa - Pré-fixado	19.868	64	18	185.939	5.384	5.429
Posição Passiva - Pré-fixado	758.824	(28.915)	(53.383)	478.116	(5.953)	(6.727)

A carteira de derivativos de crédito é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 12.721 (R\$ 7.156 em 31 de dezembro de 2014).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.09.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	27.106	30.575
Notas do Tesouro Nacional	2.000.071	629.588
Letras do Tesouro Nacional	2.288.389	1.636.058
Eurobonds	-	92.889
Outros	253.142	339.732
Total	4.568.708	2.728.842

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

	30.09.2015	31.12.2014
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	8.994.924	7.918.761
Futuro	8.960.272	7.625.642
Swap	34.652	293.119
Passivo	18.329.585	28.734.066
Futuro	18.329.585	24.125.503
Swap	-	4.608.563
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	26.816.774	28.821.768
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.727.153	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.976.751	4.727.629
Operações de Crédito	17.112.870	23.803.699
Operações de Arrendamento mercantil	-	290.440
Passivo	8.903.910	7.691.840
Obrigações por TVM no Exterior	5.059.736	3.514.065
Dívida Subordinada	3.844.174	4.177.775

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	(2.227.201)	(4.656.169)	(1.284.790)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	2.256.295	4.702.166	1.260.021
Efeito Líquido	29.094	45.997	(24.769)
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	894.827	3.373.356	3.051.367
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(900.182)	(3.375.013)	(3.020.738)
Efeito Líquido	(5.355)	(1.657)	30.629

Em janeiro de 2014, a carteira de cessão de crédito deixou de ser qualificada como *hedge* nos termos do art. 5º da Circular nº 3.082, e tiveram seus contratos futuros na BM&F liquidados. No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014, o efeito no resultado do período do ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* foi despesa de R\$ 1.956, líquidos dos efeitos tributários.

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.09.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações de termo	43.331	-	39.740	-
Mercado de opções	923.116	23.825	122.866	141.619
Contratos de <i>swaps</i>	180.456	1.326.196	236.802	776.455
Derivativos de créditos	18	-	281	5.148
<i>Non Deliverable Forward</i>	610.409	92.003	147.319	34.508
Total	1.757.330	1.442.024	547.008	957.730
Passivo				
Operações de termo	(43.107)	-	(36.285)	-
Mercado de opções	(1.942.571)	(18.647)	(370.649)	(233.342)
Contratos de <i>swaps</i>	(527.306)	(982.501)	(400.330)	(563.997)
Box de opções -Estratégia de renda fixa	-	-	(7.416)	-
Derivativos de créditos	(22)	(53.361)	(145)	(6.582)
<i>Non Deliverable Forward</i>	(196.044)	(21.152)	(54.105)	(1.534)
Total	(2.709.050)	(1.075.661)	(868.930)	(805.455)

d.9) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
<i>Swap</i>	(203.399)	(232.730)	(49.446)
Termo	(328)	2.813	2.749
Opções	(503.896)	(805.519)	(38.376)
Futuro	1.999.233	2.637.047	309.945
Derivativos de crédito	(20.543)	(19.165)	(5.663)
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	(446.365)	(421.272)	83.840
Box de Opções	-	(322)	(5.859)
<i>Non Deliverable Forward</i>	332.382	500.208	(180.140)
Total	1.157.084	1.661.060	117.050

d.10) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de <i>hedge</i>			Derivativo	Instrumentos de <i>hedge</i>	
	30.09.2015	Ganho/(Perda) não realizado	31.12.2014		30.09.2015	31.12.2014
	Valor de mercado		Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
<i>Hedge</i> de Op. compromissadas/ taxas pré-fixadas	3.727.153	784	-	Futuro DI	4.435.642	-
<i>Hedge</i> de Tít. e valores mobiliários / taxa pré-fixada / variação cambial	5.976.751	(16.479)	4.727.629	Futuro DDI Swap	152.946 5.845.829	122.461 4.608.563
<i>Hedge</i> de Operações de crédito e arrendamento mercantil / taxa pré-fixada / variação cambial	17.112.870	(442.862)	24.094.139	Futuro DI Futuro DDI Futuro Libor	13.524.034 2.695.233 850.629	21.201.227 2.288.007 513.808
<i>Hedge</i> de Obrigações por TVM no exterior / variação cambial	5.059.736	(53.598)	3.514.065	Futuro DDI	5.081.275	3.607.861
<i>Hedge</i> de Dívida Subordinada / variação cambial / IGP-M	3.844.174	(108.355)	4.177.775	Futuro DDI Swap	3.878.997 319.455	4.017.781 293.119

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	30.09.2015	31.12.2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	28.110	55.205
Depósitos a vista	25.288	51.351
Operações de microfinanças	2.822	3.854
Total	28.110	55.205
Ativo circulante	28.110	55.205

b) Resultado das aplicações compulsórias

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil			
Exigibilidade sobre recursos a prazo	-	-	278
Total	-	-	278

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	30.09.2015	31.12.2014
Operações de crédito	48.759.836	51.100.216
Empréstimos e títulos descontados	9.908.853	11.086.857
Financiamentos	23.612.412	25.768.962
Financiamentos rurais e agroindustriais	427.847	548.345
Financiamentos imobiliários	417.321	360.481
Operações de crédito vinculadas às cessões (a)	14.393.403	13.335.571
Outros Créditos	2.131.798	1.964.426
Operações com cartão de crédito	668.575	664.446
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (b)	627.862	679.493
Avais e fianças honrados	242.804	608.401
Títulos e Créditos a Receber com características de concessão de crédito	592.557	12.086
Operações de Arrendamento Mercantil	222.836	408.449
Total da Carteira de Crédito	51.114.470	53.473.091
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.200.379)	(4.033.543)
(Provisão para operações de crédito)	(3.202.394)	(3.299.589)
(Provisão para outros créditos)	(970.149)	(699.847)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(27.836)	(34.107)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	46.914.091	49.439.548

- (a) Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
- (b) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações.

b) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas de Operações de Crédito	2.630.651	6.621.164	5.882.876
Empréstimos e títulos descontados	553.923	1.585.514	1.490.034
Financiamentos	1.847.927	4.448.976	3.798.474
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.257	26.410	22.251
Financiamentos imobiliários	16.845	46.327	43.322
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	162.769	462.576	467.205
Financiamentos em moedas estrangeiras	20.637	37.573	13.882
Avais e fianças honrados	3.379	4.368	5.207
Outras	14.914	9.420	42.501
Resultado de Arrendamento Mercantil (Nota 9h)	11.579	53.790	102.320
Total	(a) 2.642.230	6.674.954	5.985.196

(a) Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito do Consolidado, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, totalizariam R\$ 9.745.603 (R\$ 8.636.260 no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014). No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, totalizariam R\$ 3.732.855.

c) Carteira de crédito por Setores de Atividade Econômica

	30.09.2015	%	31.12.2014	%
Setor Público	708.760	1,37%	524.478	0,98%
Governo	708.760	1,37%	524.478	0,98%
Administração pública	708.760	1,37%	524.478	0,98%
Setor Privado	50.846.021	98,63%	53.108.939	99,02%
Pessoa Física	34.411.028	66,75%	35.424.242	66,04%
Pessoa Jurídica	16.434.993	31,88%	17.684.697	32,98%
Agronegócio de origem animal	363.209	0,70%	133.494	0,25%
Agronegócio de origem vegetal	344.385	0,67%	268.620	0,50%
Atividades específicas da construção	432.496	0,84%	405.925	0,76%
Automotivo	720.422	1,40%	718.047	1,34%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.617.742	10,90%	6.151.594	11,47%
Comércio varejista	671.084	1,30%	803.653	1,50%
Construção pesada	660.876	1,28%	692.938	1,29%
Eletroeletrônico	1.589	0,01%	2.199	0,00%
Energia elétrica	633.256	1,23%	667.522	1,24%
Imobiliário	460.062	0,89%	439.817	0,82%
Instituições e serviços financeiros	212.396	0,41%	322.174	0,60%
Madeireiro e moveleiro	22.609	0,04%	64.578	0,12%
Mineração e metalurgia	41.559	0,08%	89.259	0,17%
Papel e celulose	728.999	1,41%	692.750	1,29%
Químico	1.317.831	2,56%	877.182	1,64%
Serviços	2.118.967	4,11%	2.477.119	4,62%
Telecomunicações	95.793	0,19%	90.192	0,17%
Textil e confecções	158.957	0,31%	120.637	0,22%
Transportes	1.428.274	2,77%	1.263.134	2,36%
Demais atividades	404.487	0,78%	1.403.863	2,62%
Total	51.554.781	100,00%	53.633.417	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado	(440.311)		(160.326)	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	51.114.470		53.473.091	

d) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2015	31.12.2014
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	3.657.959	23.950.500	8.190.241	8.264.615	551.487	164.353	97.146	665.438	284.144	45.825.883	47.371.806
01 a 30	193.578	1.585.795	411.416	339.084	40.940	9.247	5.488	4.501	6.390	2.596.439	2.961.414
31 a 60	139.785	1.061.585	451.204	307.736	12.869	6.939	3.733	3.192	6.439	1.993.482	2.382.247
61 a 90	136.188	1.230.761	414.838	293.732	33.077	9.591	4.819	5.261	5.785	2.134.052	2.264.044
91 a 180	378.652	2.968.807	925.557	1.065.160	46.554	25.212	11.372	9.453	19.198	5.449.965	6.359.918
181 a 360	540.568	5.206.960	1.808.871	1.480.680	76.652	35.173	20.232	15.631	36.512	9.221.279	9.272.877
Acima de 360	2.269.188	11.896.592	4.178.355	4.778.223	341.395	78.191	51.502	627.400	209.820	24.430.666	24.131.306
Parcelas Vencidas	8	654.283	11.513	5.990	3.589	5.443	130	27	2.467	683.450	675.021
Até 14 dias	8	654.283	11.513	5.990	3.589	5.443	130	27	2.467	683.450	675.021
Subtotal	3.657.967	24.604.783	8.201.754	8.270.605	555.076	169.796	97.276	665.465	286.611	46.509.333	48.046.827
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	471.503	759.473	404.264	242.769	217.237	143.785	913.596	3.152.627	3.174.637
01 a 30	-	-	32.548	69.086	23.555	15.659	14.841	11.009	79.224	245.922	244.691
31 a 60	-	-	30.532	38.147	18.637	13.073	8.777	10.321	39.996	159.483	190.682
61 a 90	-	-	29.126	46.226	26.664	13.721	9.726	8.807	41.091	175.361	181.353
91 a 180	-	-	76.691	114.680	68.437	39.647	27.219	23.245	109.516	459.435	517.251
181 a 360	-	-	125.986	167.344	86.491	58.253	40.730	36.239	170.098	685.141	750.871
Acima de 360	-	-	176.620	323.990	180.480	102.416	115.944	54.164	473.671	1.427.285	1.289.789
Parcelas Vencidas (a)	-	-	108.118	186.111	141.737	116.826	100.983	92.820	1.146.226	1.892.821	2.411.953
De 0 a 14	-	-	1.327	28.412	13.605	8.642	6.477	4.363	23.388	86.214	89.104
15 a 30	-	-	104.042	86.183	41.067	26.751	11.563	10.328	147.828	427.762	633.562
31 a 60	-	-	2.749	64.412	31.999	18.822	14.292	12.309	56.391	200.974	226.915
61 a 90	-	-	-	5.106	46.651	18.535	12.836	10.445	170.545	264.118	157.301
91 a 180	-	-	-	1.998	8.415	41.268	47.738	52.902	266.026	418.347	302.694
181 a 360	-	-	-	-	-	2.808	8.077	2.473	475.460	488.818	972.192
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	6.588	6.588	30.185
Subtotal	-	-	579.621	945.584	546.001	359.595	318.220	236.605	2.059.822	5.045.448	5.586.590
Total	3.657.967	24.604.783	8.781.375	9.216.189	1.101.077	529.391	415.496	902.070	2.346.433	51.554.781	53.633.417
(+/-) Ajuste ao valor de mercado										(440.311)	(160.326)
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado										51.114.470	53.473.091

(a) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.09.2015				31.12.2014			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
AA	0,0%	3.657.967	-	-	-	4.835.933	-	-	-
A	0,5%	24.604.783	(123.025)	(2.519)	(125.544)	26.444.258	(132.221)	-	(132.221)
B	1,0%	8.781.375	(87.815)	(16.954)	(104.769)	9.621.871	(96.219)	-	(96.219)
C	3,0%	9.216.189	(276.485)	(41.850)	(318.335)	7.122.168	(213.665)	-	(213.665)
D	10,0%	1.101.077	(110.107)	(38.235)	(148.342)	1.147.100	(114.710)	-	(114.710)
E	30,0%	529.391	(158.817)	(14.250)	(173.067)	726.353	(217.906)	-	(217.906)
F	50,0%	415.496	(207.748)	(9.051)	(216.799)	391.769	(195.885)	-	(195.885)
G	70,0%	902.070	(631.447)	(135.643)	(767.090)	1.337.237	(936.065)	(120.144)	(1.056.209)
H	100,0%	2.346.433	(2.346.433)	-	(2.346.433)	2.006.728	(2.006.728)	-	(2.006.728)
Total		51.554.781	(3.941.877)	(258.502)	(4.200.379)	53.633.417	(3.913.399)	(120.144)	(4.033.543)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado		(440.311)				(160.326)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado		51.114.470				53.473.091			

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Saldo inicial	3.824.381	4.033.543	4.348.716
Reforço / (reversão)	1.213.903	2.416.761	2.179.564
Provisão mínima requerida	1.073.097	2.278.403	2.049.340
Provisão adicional	140.806	138.358	130.224
Baixas para prejuízo	(837.905)	(2.249.925)	(2.494.737)
Saldo final	4.200.379	4.200.379	4.033.543

g) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

		30.09.2015	31.12.2014
Até 1 ano	(a)	157.405	240.871
De 1 a 5 anos		67.693	181.534
Total Valor Presente	(b)	225.098	422.405

(a) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

(b) Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

h) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	114.687	600.415	1.353.083
Arrendamento financeiro	67.219	262.837	478.202
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.060	20.009	21.131
Lucro na alienação de bens arrendados	41.408	317.569	853.750
Despesas de Arrendamento Mercantil	(103.108)	(546.625)	(1.250.763)
Arrendamento financeiro	(103.108)	(546.625)	(1.250.763)
Total	11.579	53.790	102.320

i) Concentração das Operações de Crédito

	30.09.2015	% da carteira	31.12.2014	% da carteira
Maior devedor	1.282.190	2,51%	828.085	1,55%
10 Maiores devedores	4.673.556	9,14%	4.281.208	8,01%
20 Maiores devedores	6.295.226	12,32%	5.666.844	10,60%
50 Maiores devedores	9.347.902	18,29%	8.499.982	15,90%
100 Maiores Devedores	11.916.083	23,31%	11.123.636	20,80%

j) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 100.049 (R\$ 56.533 no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 22.220 (R\$ 89.887 no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2015 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 20.305 (R\$ 82.599 em 31 de dezembro de 2014), registrados na rubrica Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - no País.

Saldo das coobrigações com cessões de crédito	30.09.2015	31.12.2014
Instituições financeiras - Partes relacionadas	481.579	1.651.231
Outras instituições financeiras	-	10.802
Total	481.579	1.662.033

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2014, a BV Financeira possuía 100% das cotas subordinadas dos fundos de investimentos em direitos creditórios, demonstrados abaixo:

	30.09.2015		31.12.2014	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida (a)	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida (a)
BV Financeira FIDC I	(b) -	-	105.221	113.245
BV Financeira FIDC VI	(b) -	-	337.620	359.652
Instituições financeiras - Partes relacionadas	14.393.403	16.163.125	12.901.199	14.776.872
Ajuste a mercado - Cessões de crédito	-	-	(8.469)	-
Total	14.393.403	16.163.125	13.335.571	15.249.769

(a) Registrado na rubrica Outras obrigações - Diversas - Obrigações de operações vinculadas às cessões.

(b) No período findo em 30 de setembro de 2015 ocorreu a liquidação dos fundos de investimento em direitos creditórios.

No Conglomerado, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 3.070.649 (R\$ 2.651.064 no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 2.242.707 (R\$ 1.789.241 no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014).

Na controlada BV Financeira, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 872.467, sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 36.885 reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados". No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 2.006.737, sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 62.881 reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados".

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

l) Informações Complementares

	30.09.2015	31.12.2014
Créditos contratados a liberar	1.803.999	2.093.965
Montante de créditos aditados/renegociados no período	4.286.333	4.245.886
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	(a) 486.097	648.060
Garantias prestadas	9.560.900	9.926.804

(a) Registrado no resultado na linha de Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada BV Financeira possuía 100% das cotas subordinadas dos fundos de investimento em direitos creditórios descritos a seguir:

	31.12.2014
BV Financeira FIDC I	156.954
BV Financeira FIDC II	1.042
BV Financeira FIDC VI	465.722
Total das aplicações em cotas	623.718

No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, ocorreu a liquidação dos fundos de investimento em direitos creditórios.

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30.09.2015	31.12.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 23e)	7.772.972	6.656.862
Devedores por depósitos em garantia (Nota 26c)	1.105.381	937.844
Operações com cartão de crédito (Nota 9a)	668.575	664.446
Operações em recuperação judicial homologada	590.529	-
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	57.799	67.232
Impostos e contribuições a compensar	270.909	479.748
Impostos e contribuições a recuperar	12	15
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	20.106	14.724
Devedores diversos - no País	100.975	80.104
Valores a receber de sociedades ligadas	889	887
Outros	50.133	41.785
Total	10.638.280	8.943.647
Ativo circulante	3.085.466	2.619.909
Ativo não circulante	7.552.814	6.323.738

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	30.09.2015	31.12.2014
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	2.097.542	1.166.906
Direitos sobre vendas de câmbio	954.849	633.359
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(37.018)	(91.337)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	30.491	23.698
Total	3.045.864	1.732.626
Ativo circulante	3.044.372	1.722.135
Ativo não circulante	1.492	10.491
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(961.227)	(665.313)
Obrigações por compras de câmbio	(1.894.377)	(1.043.090)
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	565.578	655.795
Total	(2.290.026)	(1.052.608)
Passivo circulante	(2.290.026)	(1.052.608)
Carteira de câmbio líquida	755.838	680.018
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	13.258	85.603

b) Resultado de Operações de Câmbio

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de câmbio	987.513	2.211.603	1.296.164
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	203	3.512	2.468
Despesas de câmbio	(695.786)	(1.687.043)	(1.233.895)
Resultado de operações de câmbio	291.930	528.072	64.737

12. OUTROS VALORES E BENS

	30.09.2015	31.12.2014
Bens não de Uso Próprio	207.932	158.227
Veículos e afins	95.032	103.806
Imóveis	110.175	52.437
Bens em regime especial	1.561	1.561
Máquinas e equipamentos	1.164	423
Material em Estoque	1.062	2.532
Subtotal	208.994	160.759
(Provisão para desvalorização)	(a) (34.038)	(35.793)
Despesas Antecipadas	449.381	698.656
Despesas de seguros	1.791	1.241
Despesas de processamento de dados	4.575	7.839
Comissões por intermediação de operações	(b) 425.782	596.818
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.604	2.592
Despesas de serviços técnicos especializados	1.805	1.246
Direito de usufruto de ações	8.050	84.704
Outras	3.774	4.216
Total	624.337	823.622
Ativo circulante	211.008	193.693
Ativo não circulante	413.329	629.929

(a) O Conglomerado reconheceu, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 779.

(b) Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos e incorridos na sua originação.

As operações de crédito originadas no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, tiveram dois terços da remuneração paga aos correspondentes reconhecidos no ativo, correspondendo ao montante de R\$ 140.291 em 30 de setembro de 2015. No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015 foi reconhecida despesa no montante de R\$ 60.591 referente ao reconhecimento antecipado da remuneração de correspondentes, registrado na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

13. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Controladas

	Saldo contábil	Movimentações		Saldo contábil	Resultado
	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015		30.09.2015	equivalência
		Dividendos/ Outros eventos	Resultado equivalência		01.01 a 30.09.2014
No País					
Não consolidadas	238.026	(137.930)	116.223	216.319	111.112
Votorantim Corretora de Seguros S.A..	206.868	(141.105)	111.588	177.351	105.561
Outros - Não consolidadas	31.158	3.175	4.635	38.968	5.551
Total das participações em controladas	238.026	(137.930)	116.223	216.319	111.112

b) Outros Investimentos

	30.09.2015	31.12.2014
Investimentos por incentivos fiscais	115.478	104.547
Títulos patrimoniais	176	176
Ações e cotas	6	6
Outros	133	130
Total	115.793	104.859
(Imparidade acumulada)	(47.254)	(43.370)

14. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015		30.09.2015		Saldo contábil
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	
Instalações	40.133	9.184	(4.719)	64.507	(19.909)	44.598
Móveis e equipamentos de uso	28.926	(1.422)	(2.993)	55.797	(31.286)	24.511
Sistema de comunicação	3.384	642	(532)	13.726	(10.232)	3.494
Sistema de processamento de dados	19.652	15.490	(6.612)	111.594	(83.064)	28.530
Sistema de segurança	1.089	2	(141)	2.403	(1.453)	950
Sistema de transporte	337	95	(104)	1.294	(966)	328
Imobilizações em curso	3	1	-	4	-	4
Total	93.524	23.992	(15.101)	249.325	(146.910)	102.415

15. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015				30.09.2015			Saldo contábil
	Saldo contábil	Aquisição	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	
SISBEX BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	200	-	(200)	-
Software adquiridos	8.364	11.138	(1.326)	(3.256)	(607)	29.667	(8.532)	(6.822)	14.313
Licenças de uso	25.489	31.283	(413)	(10.510)	-	79.219	(33.370)	-	45.849
Acordos por direitos de comercialização	1.585	1	-	(564)	-	5.000	(3.978)	-	1.022
Softwares desenvolvidos internamente	4.284	1.968	(1.831)	(463)	-	29.984	(8.649)	(17.377)	3.958
Total	39.722	44.390	(3.570)	(14.793)	(607)	144.070	(54.529)	(24.399)	65.142

b) Estimativa de Amortização

	2015	2016	2017	2018	A partir de 2019	Total
Valores a amortizar	5.654	28.767	15.061	12.953	2.707	65.142

16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	30.09.2015	31.12.2014
Depósitos à Vista	87.139	149.239
Pessoas físicas	15.423	14.189
Pessoas jurídicas	71.676	135.003
Vinculados	40	40
Instituições do sistema financeiro	-	7
Depósitos Interfinanceiros	1.877.217	1.229.727
Depósitos a Prazo	2.862.134	2.431.582
Moeda nacional	2.428.333	2.417.907
Moeda estrangeira	433.801	13.675
Total	4.826.490	3.810.548
Passivo circulante	3.307.885	2.279.978
Passivo não circulante	1.518.605	1.530.570

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2015	31.12.2014
Depósitos à vista	87.139	-	-	-	-	-	87.139	149.239
Depósitos interfinanceiros	-	305.859	445.157	81.993	43.642	1.000.566	1.877.217	1.229.727
Depósitos a prazo	-	886.578	1.583.152	366.163	12.443	13.798	2.862.134	2.431.582
Total	87.139	1.192.437	2.028.309	448.156	56.085	1.014.364	4.826.490	3.810.548

c) Captações no Mercado Aberto

	30.09.2015	31.12.2014
Carteira Própria	20.906.735	23.875.709
Títulos privados - Debêntures (emissão de ligadas)	13.394.397	17.383.898
Letras do Tesouro Nacional	3.740.792	3.432.951
Notas do Tesouro Nacional	3.115.229	2.810.066
Títulos privados - Outros	656.317	248.794
Carteira de Terceiros	8.062.934	4.099.048
Notas do Tesouro Nacional	1.812.133	-
Letras do Tesouro Nacional	6.250.801	4.098.834
Debêntures	-	214
Carteira de Livre Movimentação	1.117.281	11.064
Total	30.086.950	27.985.821
Passivo circulante	28.850.065	25.825.776
Passivo não circulante	1.236.885	2.160.045

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Despesas de Captações com Depósitos	(136.349)	(363.384)	(655.476)
Depósitos a prazo	(75.676)	(207.929)	(467.153)
Depósitos interfinanceiros	(60.673)	(155.455)	(188.323)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(923.262)	(2.567.880)	(2.128.183)
Carteira própria	(645.737)	(1.909.712)	(1.962.762)
Carteira de terceiros	(248.880)	(601.319)	(96.922)
Carteira de livre movimentação	(28.645)	(56.849)	(68.499)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.910.416)	(3.966.531)	(1.967.324)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(14.999)	(37.807)	(24.885)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(94.054)	(250.467)	(184.983)
Letras financeiras	(603.242)	(1.657.000)	(1.275.198)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.195.088)	(2.012.897)	(341.044)
Debêntures	(258)	(420)	(132.770)
Certificado de Operações Estruturadas	-	(1.697)	(1.034)
Outras	(2.775)	(6.243)	(7.410)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(920.237)	(1.714.711)	(353.038)
Total	(3.890.264)	(8.612.506)	(5.104.021)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	30.09.2015	31.12.2014
No País	1.979	-	-	-	1.979	3.818
Em moeda estrangeira	1.979	-	-	-	1.979	3.818
No exterior	971.147	3.368.678	169.063	79.458	4.588.346	2.871.649
Tomados junto a banqueiros no exterior	859.211	3.286.203	169.063	79.458	4.393.935	2.586.944
Exportação	44.875	71.586	-	-	116.461	240.923
Importação	67.061	10.889	-	-	77.950	43.782
Total	973.126	3.368.678	169.063	79.458	4.590.325	2.875.467
Passivo circulante					4.341.804	2.875.467
Passivo não circulante					248.521	-

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.09.2015	31.12.2014
Tesouro Nacional		61.549	110.572
Pré-fixado	de 5,5% a 10,5% a.a.	50.768	110.450
Pós-fixado	Selic	10.781	122
BNDES		1.689.626	2.062.310
Pré-fixado	de 0,70% a.a. a 7,00% a.a.	588.207	778.288
Pós-fixado	de 7,02% a.a. a 9,91% a.a. + IPCA de 0,50% a.a. a 4,00% a.a. + TJLP de 1,30% a.a. a 2,50% a.a. + Selic	990.587	1.199.948
Com variação cambial	de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial	110.832	84.074
FINAME		1.769.514	1.613.428
Pré-fixado	de 0,30% a.a. a 15,21% a.a.	1.666.372	1.481.052
Pós-fixado	de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP 1,70% a.a. + SELIC	102.202	132.376
Com variação cambial	1,70% a.a. + variação cambial	940	-
Total		3.520.689	3.786.310
Passivo circulante		968.139	1.308.929
Passivo não circulante		2.552.550	2.477.381

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
 Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Resultado de Obrigações por Empréstimos	(14.234)	(32.785)	22.032
Resultado de Obrigações por Repasses	(73.016)	(181.033)	(157.259)
Tesouro Nacional	(1.343)	(4.338)	(5.375)
BNDES	(56.086)	(133.307)	(107.928)
FINAME	(15.587)	(43.388)	(43.956)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior (a)	(989.432)	(1.236.505)	(81.253)
Total	(1.076.682)	(1.450.323)	(216.480)

(a) Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Venc.to.	30.09.2015	31.12.2014
Debêntures						540	118
Pós-fixado	R\$	380	100,00% do DI	abr/11	abr/16	540	118
Letras de Crédito Imobiliário						518.595	400.866
Pré-fixado	R\$	21.448	11,85% a.a. a 14,82% a.a.	nov/14	ago/18	22.048	2.034
Pós-fixado	R\$	467.355	87,00% a 100,00% do DI	abr/14	ago/19	489.340	398.832
Pós-fixado	R\$	7035	4,93% a.a. a 6,27% a.a. + IPCA	fev/15	set/18	7.207	-
Letras de Crédito do Agronegócio						2.681.497	2.853.925
Pré-fixado	R\$	41.125	11,76% a.a. a 16,31% a.a.	fev/14	jan/21	42.911	3.563
Pós-fixado	R\$	2.440.012	88,00% a 98,50% do DI	dez/07	fev/22	2.606.009	2.850.362
Pós-fixado	R\$	31.917	4,62% a.a. a 6,66% a.a. + IPCA	fev/15	set/18	32.577	-
Letras Financeiras						13.422.702	13.011.497
Pré-fixado	R\$	521.825	8,95% a 17,70% a.a.	dez/11	fev/24	620.428	794.704
Pós-fixado	R\$	10.831.656	104,00% a 112,02% do DI	jun/11	abr/19	12.341.995	11.761.239
Pós-fixado	R\$	351.100	3,17% a 8,07% a.a. + IPCA	jan/12	set/21	447.454	404.010
Pós-fixado	R\$	11.081	5,47% a 5,78% a.a. + IGPM	nov/13	jun/16	12.825	12.836
Pós-fixado	R\$	30.000	109,30% da Selic	abr/12	abr/15	-	38.708
Operações estruturadas						-	32.280
Pré-fixado	R\$	32.280	11,25% a.a.	jun/14	jun/15	-	32.280
Obrigações por TVM no Exterior						8.288.215	6.615.204
Pré-fixado	R\$	841.444	6,25% a 19,77% a.a.	out/09	jul/20	1.160.935	1.104.487
Pós-fixado	R\$	2.235	91,25% a 101,40% do DI	fev/12	fev/17	2.666	3.103
Com variação cambial	USD	1.950.775	0,10% a 5,53% a.a. + variação cambial	set/06	jun/20	7.124.614	5.503.150
Com variação cambial	EUR	1.000	No Coupon + variação cambial	nov/14	jul/15	-	4.464
Total						24.911.549	22.913.890
Passivo circulante						15.429.888	10.741.385
Passivo não circulante						9.481.661	12.172.505

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.09.2015	31.12.2014
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	503.952	471.788
Provisão para demandas fiscais (Nota 26a) (a)	40.534	71.557
Obrigações legais (Nota 26d)	8.234	1.914
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros (a)	220.430	473.073
Impostos e contribuições a recolher	75.339	79.512
Passivo fiscal diferido (Nota 23d)	217.794	334.769
Total	1.066.283	1.432.613
Passivo circulante	338.566	692.147
Passivo não circulante	727.717	740.466

- (a) Em agosto de 2014 foram incluídos na anistia da Receita Federal, proveniente da reabertura da Lei nº 11.941/2009, os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS depositados judicialmente. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	30.09.2015	31.12.2014
Nota Subordinada					3.546.885	3.381.863
Com variação cambial	USD 846.156	7,38% a.a. + variação cambial	jan/13	jan/20	3.546.885	3.381.863
Letras Financeiras Subordinadas					2.402.652	2.423.385
Pré-fixado	5.310	de 15,62% a 17,63% a.a.	ago/15	ago/22	5.333	-
Pós-fixado	1.468.900	de 1,28% a 1,91% a.a. + CDI de 111,00% a 119,00% do DI	nov/10	ago/22	1.556.337	1.601.599
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	mai/11	out/17	297.288	264.098
Pós-fixado	330.112	de 6,84% a 9,31% a.a. + IPCA	mai/11	set/22	543.694	557.688
Total					5.949.537	5.805.248
Passivo circulante					252.553	-
Passivo não circulante					5.696.984	5.805.248

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	30.09.2015	31.12.2014
Letras Financeiras Subordinadas					847.112	434.290
Pós-fixado	432.431	de 1,72% a 2,16% a.a. + CDI de 111,00% a 119,00% do DI	jan/14	jul/22	509.906	355.516
Pós-fixado	255.092	7,32% a 8,63% a.a. + IPCA	nov/13	mai/30	299.790	78.774
Pré-fixado	35.000	14,52% a.a. a 15,11% a.a.	abr/15	mai/22	37.416	-
Total					847.112	434.290
Passivo não circulante					847.112	434.290

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Diversas

	30.09.2015	31.12.2014
Obrigações de operações vinculadas a cessões	(a) 16.163.125	15.249.769
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.016	1.449
Provisão para pagamentos a efetuar	534.735	493.102
Provisões para demandas cíveis (Nota 26a)	295.687	324.967
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 26a)	941.854	961.854
Valores a pagar sociedades ligadas	12	13
Credores diversos - no exterior	2.180	1.622
Credores diversos - no País	856.023	779.795
Operações com cartão de crédito	670.008	676.851
Outras	53	456
Total	19.464.693	18.489.878
Passivo circulante	10.465.660	9.917.114
Passivo não circulante	8.999.033	8.572.764

(a) Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Administração de fundos	24.838	76.424	85.223
Cobrança	689	2.189	3.173
Comissões sobre colocação de títulos	9.679	32.576	44.741
Corretagens de operações em Bolsa	4.964	12.145	9.460
Rendas de serviços de custódia	641	1.728	1.177
Rendas de garantias prestadas	30.603	89.061	108.223
Transações de cartão de crédito	17.059	49.043	41.784
Comissão de corretagem de seguros	3.881	11.709	13.834
Assessoria financeira	1.755	6.372	5.678
Outros serviços	11.374	35.027	27.472
Total	105.483	316.274	340.765

b) Rendas de tarifas bancárias

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Confecção de cadastro	59.747	189.106	169.542
Transferência de recursos	77	274	392
Avaliação de bens	45.466	130.388	136.693
Rendas de cartão de crédito	21.118	57.499	48.793
Outras	474	1.499	2.802
Total	126.882	378.766	358.222

c) Despesas de Pessoal

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Honorários de diretores e conselheiros	(4.849)	(13.618)	(11.968)
Benefícios	(32.777)	(97.713)	(95.974)
Encargos sociais	(38.793)	(135.344)	(128.353)
Proventos	(159.341)	(441.609)	(440.210)
Demandas trabalhistas	(38.403)	(214.350)	(317.124)
Treinamentos	(969)	(2.129)	(2.941)
Total	(275.132)	(904.763)	(996.570)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Outras Despesas Administrativas

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Água, energia e gás	(1.824)	(5.009)	(3.722)
Aluguéis	(26.849)	(67.556)	(74.719)
Comunicações	(17.960)	(55.683)	(55.641)
Manutenção e conservação de bens	(3.694)	(12.636)	(12.888)
Material	(981)	(3.582)	(746)
Processamento de dados	(48.014)	(136.455)	(133.708)
Promoções e relações públicas	(1.408)	(3.903)	(3.854)
Propaganda e publicidade	(1.236)	(2.351)	(1.969)
Publicações	(100)	(713)	(887)
Seguros	(1.009)	(1.758)	(2.631)
Serviços do sistema financeiro	(24.209)	(75.951)	(103.824)
Serviços de terceiros	(2.157)	(6.328)	(10.380)
Serviços de vigilância e segurança	(479)	(1.462)	(2.066)
Serviços técnicos especializados	(92.051)	(279.828)	(210.727)
Transportes	(3.115)	(9.572)	(11.833)
Viagens	(2.973)	(8.771)	(7.234)
Emolumentos judiciais e cartorários	(28.453)	(76.781)	(99.465)
Amortização	(5.685)	(16.807)	(19.007)
Depreciação	(4.818)	(15.101)	(13.896)
Outras	(21.148)	(63.443)	(45.149)
Total	(288.163)	(843.690)	(814.346)

e) Outras Receitas Operacionais

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Recuperação de encargos e despesas	360	971	794
Variação cambial de investimentos no exterior	368.396	554.205	59.959
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	36.156	76.742	66.395
Atualização de depósitos em garantia	26.317	65.710	34.529
Variação monetária ativa	5.107	12.184	23.348
Reversão de provisão para perdas - Outros riscos	-	-	35.825
Reversão de provisão p/ perdas - Fianças não honradas	110.359	95.173	-
Ressarcimento de custos associados	72	486	2.967
Reversão de provisão para remuneração variável	-	-	162.069
Outras	37.502	106.741	12.503
Total	584.269	912.212	398.389

f) Outras Despesas Operacionais

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Custos associados a produção - Parceiros comerciais (a)	(124.332)	(413.696)	(386.294)
Custos associados à produção - Outras despesas	(8.286)	(23.910)	(33.627)
Demandas cíveis e fiscais	(1.131)	(8.562)	(47.143)
Indenizações cíveis	(74.387)	(166.322)	(164.533)
Provisão para perdas - Outros riscos	(87.099)	(69.310)	-
Provisão para perdas - Fianças não honradas	-	-	(74.240)
Despesas de Juros (adesão REFIS)	(11.929)	(32.165)	(3.089)
Outras (b)	(140.892)	(174.347)	(78.284)
Total	(448.056)	(888.312)	(787.210)

(a) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

(b) Inclui provisão de reestruturação no montante de R\$ 100.039 constituída em 30 de setembro de 2015, referente ao plano para redimensionamento e readequação operacional, com o objetivo de redução de despesas.

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas não operacionais	14.664	40.074	173.645
Investimentos por incentivos fiscais (a)	-	-	157.116
Lucro na alienação de valores e bens	4.557	13.192	16.189
Rendas de alugueis	-	252	113
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	333	6.615	227
Outras receitas não operacionais	9.774	20.015	-
Despesas não operacionais	(23.988)	(66.895)	(59.078)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(8.254)	(27.973)	(18.749)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(3.468)	(3.884)	(2.416)
Perdas de Capital	(10.356)	(18.160)	(2.872)
Desvalorização de outros valores e bens	(1.606)	(5.468)	(26.441)
Outras despesas não operacionais	(304)	(11.410)	(8.600)
Total	(9.324)	(26.821)	114.567

(a) Refere-se ao ganho apurado pelo Conglomerado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A..

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 7.483.754 (7.125.761 em 31 de dezembro de 2014) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal. O aumento do Capital Social foi aprovado e homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de fevereiro de 2014.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2015, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 357.993, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de maio de 2015.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	30.09.2015				31.12.2014			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda								
Banco Votorantim	(211.298)	(217.565)	111.268	(317.595)	(199.508)	(38.238)	26.448	(211.298)
Agência no exterior	(11.328)	(122.741)	-	(134.069)	349	(11.677)	-	(11.328)
Controladas	(104.497)	71.684	(23.549)	(56.362)	(158.040)	89.238	(35.695)	(104.497)
Total	(327.123)	(268.622)	87.719	(508.026)	(357.199)	39.323	(9.247)	(327.123)

23. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Valores correntes	(7.092)	(178.805)	(322.993)
IR e CSLL no País - Corrente	(51.417)	(219.289)	(354.195)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	44.325	40.484	31.202
Valores Diferidos	928.258	1.145.366	327.312
Passivo fiscal diferido	(21.039)	116.050	372.089
Marcação a mercado	(37.787)	16.807	141.098
Superveniência de depreciação	16.748	99.243	230.991
Ativo fiscal diferido	949.297	1.029.316	(44.777)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	16.179	(50.888)	503.404
Diferenças temporárias (a)	709.444	742.470	(486.146)
Marcação a mercado	223.674	337.734	(62.035)
Total	921.166	966.561	4.319

(a) Inclui, no 3º trimestre de 2015, o montante de R\$ 409.602 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Resultado antes dos tributos e participações	(751.102)	(420.894)	563.291
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) (a)	337.996	189.403	(225.317)
Resultado de participação em controladas e coligadas	(17.627)	17.045	44.442
Participação de empregados no lucro	14.908	63.430	52.820
Outros Valores (b)	585.889	696.683	132.374
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	921.166	966.561	4.319

(a) A Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(b) Inclui, no 3º trimestre de 2015, o montante de R\$ 409.602 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Cofins	(66.858)	(217.807)	(202.794)
ISSQN	(11.189)	(35.982)	(33.450)
PIS	(10.900)	(35.595)	(33.461)
Outras	(9.952)	(23.048)	(70.838)
Total	(98.899)	(312.432)	(340.543)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.09.2015	31.12.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	26.565	125.808
Marcação a mercado	191.229	208.961
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	217.794	334.769
Imposto de Renda	132.804	256.409
Contribuição Social	84.990	78.360

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015	30.09.2015
	Saldo	Movimentação Líquida do Período (a)	Saldo
Diferenças temporárias	5.405.751	1.165.077	6.570.828
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	3.846.460	651.270	4.497.730
Provisões Passivas	952.200	9.341	961.541
Marcação a mercado (b)	585.901	503.213	1.089.114
Outras provisões	21.190	1.253	22.443
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.251.111	(48.967)	1.202.144
Total dos Créditos Tributários Ativados	6.656.862	1.116.110	7.772.972
Imposto de Renda	4.354.834	376.246	4.731.080
Contribuição Social	2.302.028	739.864	3.041.892

(a) Inclui, no 3º trimestre de 2015, o montante de R\$ 409.602 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

(b) A parcela de R\$ 298.416 (do total de R\$ 1.089.114) corresponde ao crédito tributário decorrente de Ajuste a Valor de Mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido.

Não Ativado

	30.09.2015	31.12.2014
Crédito Tributário no exterior	10.812	10.483
Total dos Créditos Tributários não Ativados	10.812	10.483
Imposto de Renda	6.007	6.552
Contribuição Social	4.805	3.931

Em 30 de setembro de 2015, o saldo não constituído de crédito tributário foi de de R\$ 10.812 (R\$ 10.483 em 31.12.2014), o qual será registrado quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2015	369.342	356.963
Em 2016	1.249.344	1.042.885
Em 2017	1.004.880	723.379
Em 2018	943.150	587.213
Em 2019	893.468	482.294
A partir de 2020	3.312.788	987.768
Total de Créditos Tributários	7.772.972	4.180.502

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2015	(c) 5%	5%
Em 2016	7%	17%
Em 2017	9%	13%
Em 2018	5%	13%
Em 2019	6%	12%
A partir de 2020	68%	40%

- (a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;
 (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);
 (c) Projeção de consumo do crédito tributário para o 3º trimestre de 2015.

24. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Honorários	4.849	13.764	11.946
Gratificações	-	25.463	18.606
Encargos sociais	1.399	11.756	8.960
Total	6.247	50.983	39.512

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim Participações, sendo deste as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A. que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (ações de companhias fechadas) classificadas na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira, apurando resultado não realizado líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 27.630, eliminado no processo de consolidação do Conglomerado financeiro.

No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 8.168.844 (R\$ 10.368.449 em 31 de dezembro de 2014). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30.09.2015						Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal chave da Administração (c)	Outras (d)	
Ativos							
Disponibilidades	2.709	-	-	-	-	-	2.709
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	6.807.685	-	18.158.717	-	-	-	24.966.402
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	665	29.368	17.075.098	-	-	921.414	18.026.545
Outros créditos	3.467	15.540	36.349	34	1.032	236	56.658
Passivos							
Depósitos à vista	(107)	(1.163)	(4.834)	(82)	(24)	-	(6.210)
Depósitos a prazo	(3.927)	(27.253)	(5.726)	(204.830)	(17)	-	(241.753)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(392.815)	-	-	-	(392.815)
Obrigações por operações compromissadas	(50.679)	(504.776)	(1.165.476)	-	(1.188)	-	(1.722.119)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(63.819)	(338.116)	-	-	(10.837)	-	(412.772)
Obrigações por empréstimos e repasses	(338.636)	-	-	-	-	-	(338.636)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.153)	(6.850)	(11.558.249)	-	-	-	(11.580.252)
Outras obrigações	(16.247.091)	(129)	(627)	(12)	-	-	(16.247.859)
3º Trimestre/2015							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	285.252	12.897	867.298	-	6	45.142	1.210.595
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(8.888)	(26.063)	(17.306)	(16.407)	(619)	-	(69.283)
01.01 a 30.09.2015							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	810.753	19.802	2.518.652	-	58	114.168	3.463.433
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(14.583)	(65.008)	(43.461)	(26.907)	(1.490)	-	(151.449)
31.12.2014							
Ativos							
Disponibilidades	95.825	-	-	-	-	-	95.825
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3.535.010	-	23.532.121	-	-	-	27.067.131
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	9.914	29.104.800	-	-	1.460.047	30.574.761
Outros créditos	23.881	2.706	38.808	9	-	701	66.105
Passivos							
Depósitos à vista	(18)	(174)	(6.357)	(84)	(159)	(205)	(6.997)
Depósitos a prazo	-	(6.311)	(5.204)	(231.999)	(512)	-	(244.026)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(388.232)	-	-	-	(388.232)
Obrigações por operações compromissadas	(1.842)	(324.090)	(214)	-	(220)	-	(326.366)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	(15.019)	-	(15.019)
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.246)	-	-	-	-	-	(7.246)
Instrumentos financeiros derivativos	(87.154)	(9.857)	(23.357.150)	-	-	-	(23.454.161)
Outras obrigações	(14.791.725)	-	(1.363)	-	-	(472.897)	(15.265.985)
01.01 a 30.09.2014							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	729.194	152.331	2.150.102	-	1	210.520	3.242.148
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(9.039)	(21.446)	(451.482)	(22.458)	(2.472)	-	(506.897)

- (a) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 3 identificadas no item (1). Não inclui operações entre as controladas financeiras.
- (b) Inclui BVIP - BV Investimentos e Participações S.A., BVIA - BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A.
- (c) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal
- (d) Em 2015 inclui BVIA FIP, FIDCs I e VI; e para 2014 inclui BVIA FIP, FIDC I,II e VI

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o novo Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados e diretores do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal - Proventos R\$ 117.987 (R\$ 137.943 no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2014) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estejam empregados no Conglomerado durante o período, cuja liquidação ocorre em espécie.

No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 36.284, sendo R\$ 27.652 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012 e R\$ 8.632 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013.

Em 30 de setembro de 2015, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 263.543 (R\$ 191.205 em 31 de dezembro de 2014).

Cálculo do valor justo

No período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015, o Conglomerado concedeu 158.127.081 (87.178.062 em 31 de dezembro de 2014) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, o Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Demandas fiscais			
Saldo inicial	42.930	71.557	573.264
Constituições	156	238	75.175
Reversão da provisão	(2.823)	(25.681)	(612.351)
Baixa por pagamento	(212)	(7.946)	(1.780)
Atualização monetária	483	2.366	50.567
Saldo final	40.534	40.534	84.875
Demandas cíveis			
Saldo inicial	325.632	324.967	327.696
Constituições	32.959	92.693	125.962
Reversão da provisão	(36.423)	(74.162)	(59.599)
Baixa por pagamento	(36.614)	(87.304)	(79.978)
Atualização monetária	10.133	39.493	17.026
Saldo final	295.687	295.687	331.107
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	1.033.360	961.854	751.257
Constituições	138.667	357.982	256.811
Reversão da provisão	(a) (133.523)	(244.068)	(64.904)
Baixa por pagamento	(b) (116.453)	(202.933)	(83.196)
Atualização monetária	19.803	69.019	70.957
Saldo final	941.854	941.854	930.925
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.278.075	1.278.075	1.346.907

(a) Referem-se, basicamente, a negociações de acordos, revisões de processos e prognósticos de perdas.

(b) Referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

Cronograma esperado de desembolsos

	30.09.2015		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	941.854	39.808	295.687
De 5 a 10 anos	-	726	-
Total	941.854	40.534	295.687

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

		30.09.2015	31.12.2014
Demandas Fiscais	(a)	1.111.225	1.032.103
Demandas Cíveis	(b)	37.365	27.585
Demandas Trabalhistas	(c)	1.067.216	1.393.812
Total		2.215.806	2.453.500

(a) Referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 219.875 (R\$ 211.148 em 31 de dezembro de 2014); b) INSS sobre PLR R\$ 226.261 (R\$ 217.337 em 31 de dezembro de 2014); c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 98.911 (R\$ 113.051 em 31 de dezembro de 2014); d) ISS R\$ 10.889 (R\$ 19.709 em 31 de dezembro de 2014); e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 38.494 (R\$ 36.735 em 31 de dezembro de 2014); f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 35.638 (R\$ 34.177 em 31 de dezembro de 2014); g)

IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 26.703 (R\$ 25.577 em 31 de dezembro de 2014); h) IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008 R\$ 97.774 (R\$ 94.075 em 31 de dezembro de 2014); i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 124.024 (R\$ 113.679 em 31 de dezembro de 2014); j) CSLL - Auto de Infração: Exclusão Indevida na BC de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros (Dinamarca, Espanha e Áustria) dos anos de 2009 e 2010, no valor total de contribuição de R\$ 117.458 (principal, multa e juros - R\$ 66.031 em 31 de dezembro de 2014 referente ao ano de 2009); k) IRPJ/CSLL - Auto de Infração: Exclusão indevida de ágio na aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros (ano de 2010) no valor total de R\$ 10.989 de IRPJ e R\$ 9.419 de CSLL.

- (b) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.
- (c) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.09.2015	31.12.2014
Demandas Fiscais	662.570	609.994
Demandas Cíveis	203.210	157.356
Demandas Trabalhistas	239.601	170.494
Total	1.105.381	937.844

d) Obrigações Legais

O Conglomerado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 8.234 (R\$ 1.914 em 31 de dezembro de 2014) relativo às seguintes ações:

d.1) PIS LC 07/70 - BV Financeira S.A. CFI

A BV Financeira S.A. - CFI impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PaIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01.07.1997 até 90 dias antes da publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referido processo temos o montante de R\$ 678 (R\$ 660 em 31 de dezembro de 2014).

d.2) ISS Sobre Garantias Prestadas - Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Repetição de Indébito, na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco passou a realizar mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se a prolação de Sentença.

Para referido processo temos o montante de R\$ 4.829 (R\$ 1.255 em 31 de dezembro de 2014).

d.3) Fator Acidentário de Proteção - FAP - Banco Votorantim S.A., BV Financeira S.A. CFI

Foram ajuizadas Ações Declaratórias visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho - SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção - FAP, a partir de janeiro de 2010.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco e a BV Financeira realizaram depósitos judiciais dos valores discutidos para o ano de 2010, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Posteriormente, o valor passou a ser regularmente recolhido.

Quanto às ações, houve sentença julgando improcedente o pedido, bem como, no primeiro caso, extinguindo o processo sem resolução do mérito com relação ao INSS, tendo em vista sua ilegitimidade passiva. Em face das referidas decisões foram interpostos Embargos de Declaração, tendo somente o recurso do Banco sido acolhido apenas para sanar omissão quanto a alegação pontual da União, mantendo, contudo, o decreto de improcedência do pedido. Dessa forma, interpuseram-se Recursos de Apelação com o fim de reformar integralmente as Sentenças de primeiro grau, os quais foram recebidos em seu duplo efeito. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Com relação à ação da BV Financeira, após a distribuição da ação, houve sentença que julgou procedente o pedido, concedendo também a tutela antecipada. Entretanto, em que pese a decisão favorável, foi interposto Recurso de Apelação pela Autora para que a matéria fosse apreciada também pelo TRF3, já que o juiz de primeiro grau não apreciou a matéria fático-probatória. Trata-se, portanto, de recurso meramente preventivo, para o caso de o argumento da inconstitucionalidade do FAP ser afastado pelo Tribunal. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Para os referidos processos temos o montante de R\$ 2.727.

e) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada de forma consolidada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital consolidado considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de

capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Financeiro, e o Conglomerado Prudencial a partir de 01/01/2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Para fins de comparação, são apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia tanto para o Conglomerado Financeiro quanto para o Conglomerado Prudencial.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 30 de setembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Índice de Basileia	30.09.2015		31.12.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro
PR - Patrimônio de Referência	10.865.919	10.865.919	11.276.249
Nível I	6.828.289	6.828.289	7.159.444
Capital Principal	6.828.289	6.828.289	7.159.444
Patrimônio Líquido	7.777.683	7.777.683	7.553.874
Ajustes Prudenciais	(949.394)	(949.394)	(394.430)
Ativos diferidos	(19.955)	(19.955)	(41.558)
Outros	(927.005)	(927.005)	(352.872)
Ajustes ao valor de mercado	(2.434)	(2.434)	-
Nível II	4.037.630	4.037.630	4.116.806
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	4.037.630	4.037.630	4.116.806
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	815.429	815.429	434.290
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 (a) (b)	3.222.201	3.222.201	3.682.516
Recursos captados no exterior	1.884.476	1.884.476	2.153.687
Recursos captados com CDB	272.451	272.451	311.373
Recursos captados com Letras Financeiras	1.065.274	1.065.274	1.217.456
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	75.457.421	76.222.998	75.374.854
Risco de Crédito (RWACPAD)	67.383.703	67.375.814	67.931.827
Risco de Mercado (RWAMPAD)	3.293.834	3.293.834	3.255.044
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.779.884	5.553.350	4.187.983
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (c)	8.300.316	8.384.530	8.291.234
Capital Principal Mínimo Requerido (d)	3.395.584	3.430.035	3.391.868
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido (e)	4.527.445	4.573.380	4.145.617
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	493.790	-	231.291
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.565.602	2.481.389	2.985.016
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	3.432.705	3.398.254	3.767.576
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	2.300.843	2.254.909	3.013.827
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBN	2.071.812	2.481.389	2.753.725
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,05%	8,96%	9,50%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	9,05%	8,96%	9,50%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,40%	14,26%	14,96%

- (a) Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.
- (b) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.
- (c) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:
- 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
 - 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
 - 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
 - 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
 - 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.
- (d) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
- (e) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	Financeiro	
	30.09.2015	31.12.2014
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(22.839)	(3.411)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(432.909)	(123.844)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(471.258)	(225.617)
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos	(19.955)	(41.558)
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	(2.434)	0
Total	(949.395)	(394.430)

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 4,19% em 30 de setembro de 2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Em 31 de dezembro de 2014 o índice de imobilização foi apurado a partir de Conglomerado Financeiro totalizando 4,00%.

Limite de imobilização	Prudencial 30.09.2015	Financeiro 31.12.2014
Limite para imobilização	5.432.958	5.638.123
Valor da situação para o limite de imobilização	455.223	451.833
Valor da margem ou insuficiência	4.977.735	5.186.290

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de setembro de 2015 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

c) Nova parceria comercial com o Banco do Brasil

O Banco Votorantim S.A. ("BV") e o Banco do Brasil S.A. ("BB") aprovaram em 12/08/2014 uma parceria para a ampliação da capacidade comercial e de prospecção de novos negócios por correspondentes bancários, visando ganhos de eficiência operacional e especialização em Crédito Consignado. Esta parceria prevê a utilização de subsidiária integral vinculada ao BV, que atuará como promotora de vendas e gestora da rede de correspondentes comerciais.

Os órgãos reguladores aprovaram a efetivação do negócio conforme regulamentação vigente.

d) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

e) Informações de filiais e controladas no exterior

	30.09.2015	31.12.2014
Ativo	10.024.082	6.166.704
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	9.925.372	6.062.976
Outras controladas	98.710	103.728
Total do Ativo	10.024.082	6.166.704
Passivo	(8.476.373)	(5.078.072)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(8.470.552)	(5.043.128)
Outras controladas	(5.821)	(34.944)
Patrimônio líquido	(1.547.709)	(1.088.632)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(1.454.820)	(1.019.848)
Outras controladas	(92.889)	(68.784)
Total do Passivo	(10.024.082)	(6.166.704)
	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro/(Prejuízo)		
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	35.161	11.594
Outras controladas	2.525	(11.744)

f) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

g) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

* * *